

**A palavra religiosa como uma variante da ‘palavra autoritária’ em Bakhtin / *Religious Word as a Variant of ‘Authoritative Word’ in Bakhtin / La palabra religiosa como una variante de la ‘palabra autoritaria’, en Bajtín***

*Beatriz Gutiérrez Mueller\**

**RESUMO**

Segundo Mikhail Bakhtin, a ‘palavra monológica’ não é realizada no diálogo; dela se depreende a ‘palavra autoritária’ que, como seu próprio nome indica, provém da autoridade, legal ou eclesiástica, do professor ou dos pais. Sua característica, como se escuta no discurso religioso, é a de não permitir a discussão; pede ser reconhecida e assimilada por nós. Entretanto, é possível que tal palavra, ainda que ‘de outrem’, seja convincente, incorporando-se ao nosso discurso com plena consciência; sendo assim, pode inclusive ser considerada ‘palavra dialógica’. Para explicá-la melhor, a ‘palavra autoritária’ será vinculada a enunciados dogmáticos próprios das religiões, como o judaísmo e o islã, e, sobretudo, do cristianismo católico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mikhail Bakhtin; Palavra autoritária; Dogmas; Cristianismo; Religiões

**ABSTRACT**

*According to Mihail Bakhtin, a ‘monologic word’ is not realized in dialogue; related to it, an ‘authoritative word,’ as its name implies, comes from authority, be it legal or ecclesiastical, from teachers or parents. As in religious discourse, it does not allow discussion; it asks to be recognized and assimilated. However, it may be that this word, coming from the ‘discourse of the other,’ is convincing, being incorporated into our discourse in full consciousness. Being so, it can even be considered a ‘dialogical word.’ To better explain it, the ‘authoritative word’ will be connected to dogmatic utterances of religions, such as Judaism or Islam, and especially the Catholic Christianity.*

**KEYWORDS:** Mikhail Bakhtin; Authoritative Word; Dogmas; Christianity; Religions

**RESUMEN**

*Según Mijaíl Bajtín, la ‘palabra monológica’ es una que no está en diálogo; a ella se vincula la ‘palabra autoritaria’ que, como su nombre lo indica, proviene de la autoridad, sea legal o eclesial, del maestro, de los padres. Su característica, como se escucha en el discurso religioso, es que no permite la discusión; pide ser reconocida y asimilada por nosotros. Sin embargo, puede ser que dicha palabra, aunque sea ‘ajena’, resulte convincente y se incorpore a nuestro discurso con plena conciencia; siendo así, puede, incluso, ser considerada ‘palabra dialógica’. Para explicarla mejor, la ‘palabra autoritaria’ será analizada con algunos enunciados dogmáticos, propios de las religiones, como el judaísmo o el islam y, sobre todo, del cristianismo católico.*

**PALABRAS-CLAVE:** Mijaíl Bajtín; Palabra autoritaria; Dogmas; Cristianismo; Religiones

---

\* Universidad Autónoma de Puebla – BUAP, Puebla, México; Programa para el Desarrollo Profesional Docente de Tipo Superior (PRODEP), Secretaría de Educación Pública, México. [cuca599@hotmail.com](mailto:cuca599@hotmail.com)

É denominador comum das religiões atribuírem-se a verdade, ao menos teológica. Foi assim, sobretudo, durante os séculos pós-tridentinos no Ocidente, quando atacar um dogma equivalia a ser herege. Esse é o caso do dominicano Giordano Bruno, que acumulou mais de vinte acusações que o levaram a morrer na fogueira, em 17 de fevereiro de 1600, na capital italiana. Uma das mais relevantes acusações, a de haver negado o dogma da Santíssima Trindade. “Esse feito sinistro marcou o início de uma longa época de intolerância e perseguição ao pensamento livre, cujos efeitos históricos e intelectuais se fariam sentir de múltiplas formas”, por mais de quatrocentos anos<sup>1</sup> (BENÍTEZ, 2011, p.49; tradução nossa)<sup>2</sup>.

O tribunal de Bruno acreditou que seus postulados e propostas atacavam a verdade. E a verdade teve, assim, a sua própria história. Hans-Georg Gadamer traz como exemplo a maneira como a afirmação de Aristóteles à pergunta de quantas patas tem uma mosca se converteu em inatacável. Não eram seis, senão oito, disse o filósofo grego, e: “[...] contra toda a evidência, a cifra incorreta se manteve ao longo do ensino escolástico, porque a autoridade de Aristóteles não era colocada em xeque [...]. As doutrinas que haviam sido reconhecidas se mantinham intactas e eram defendidas contra a mais elementar observação”<sup>3</sup> (GADAMER, 2002, p.60; tradução nossa).

O *magister dixit* da antiga retórica cristã tornou-se, com base na Tradição, a autoridade de resposta a toda e qualquer pergunta.

A Santa Inquisição dedicou-se a expurgar, censurar e a proibir livros através dos *Index Librorum Prohibitorum*, como foi o caso de *Dom Quixote*, de Cervantes, ou, *O gatuno*: história da vida do gatuno chamado Dom Pablo, exemplo de vagabundos e espelho de velhacos, de Quevedo. O fundamento - denunciava o *Index*, em “*Reglas y mandatos generales*” (Regras e mandatos gerais), que apareceram em sucessivas edições

---

<sup>1</sup> No original: “Este siniestro hecho marcó el inicio de una larga época de intolerancia y persecución del pensamiento libre, cuyos efectos históricos e intelectuales se harían sentir de múltiples formas” por más de cuatrocientos años”.

<sup>2</sup> O Cardeal Angelo Mercati, em 1940, encontrou os documentos do caso Bruno no arquivo pessoal do Papa Pio XI, falecido no ano anterior. Produto dessa investigação, publicou o *Il sommario del processo di Giordano Bruno. Con appendice di Documenti sull'eresia e l'Inquisizione a Moderna nel secolo XVI* [Città del Vaticano, 1942]. Sobre a Trindade, por exemplo, Frei Giordano havia declarado: “falando de maneira cristã, e, segundo a teologia que todo fiel cristão e católico deve crer, duvidei, em efeito, acerca do nome da pessoa do Filho e do Espírito Santo, não compreendendo que as duas sejam distintas do Pai, mas, que, como disse anteriormente, de forma filosófica, [...]. Nunca neguei, nem ensinei, nem escrevi, mas, somente, duvidei, para mim mesmo, como afirmei” (CAMPUZANO ARRIBAS, 2013, p.88; tradução nossa).

<sup>3</sup> No original: “[...] contra toda evidencia la cifra incorrecta se mantuvo a lo largo de la enseñanza escolástica, debido a que la autoridad de Aristóteles no se ponía en duda [...]. Las doctrinas que habían sido reconocidas se mantenían intactas, y se las defendía en contra de la más elemental observación”.

espanholas, incluídas as dos séculos XVII e XVIII -, radicava na malícia dos “hereges” desfigurarem a beleza da Igreja”, semeando de “erros os livros” que julgavam as “verdades” das Sagradas Escrituras, dos padres, dos doutores e da Tradição. No *Index*, de 1970, por exemplo, a Inquisição Geral da Espanha seguia sustentando a censura, com base “na autoridade e no poder apostólico”.

A este conjunto de afirmações de uma só interpretação, Mikhail Bakhtin refere, em várias das suas obras, como as monológicas, a fim de distingui-las da palavra e do discurso polifônico que, ao contrário, propicia a iniciação a um diálogo que interroga a respeito das verdades que se afirmam através da linguagem, sobretudo, no âmbito literário.

O presente artigo abordará o problema da ‘palavra autoritária’ no sentido bakhtiniano, aquela que se impõe, sem discussão, no discurso religioso. Primeiro, explicaremos os tipos de ‘palavra’ em Bakhtin para, em seguida, centrarmos na palavra ‘autoritária’, vinculando-as aos enunciados dogmáticos próprios dos credos religiosos, sobre os quais serão feitas breves análises de enunciados *autoritários*, sobretudo, dos dogmas do cristianismo católico, com algumas interseções discursivas com outras religiões, como o islã e o judaísmo.

## 1 Os tipos de discurso em Bakhtin

O filósofo russo centrou sua teoria da linguagem na noção de enunciado, como unidade mínima da estrutura de um texto.<sup>4</sup> A metalinguística bakhtiniana não tende somente a superar a linguística, senão também a própria linguagem que, por sua própria constituição, tende à alteridade. Um dos membros do Círculo de Bakhtin, Valentin Voloshinov, explicava que a palavra tomada isoladamente como fenômeno linguístico não pode ser verdadeira, nem falsa; em contrapartida, na vida, a palavra passa por uma situação “extraverbal” e esses acontecimentos vividos fundem-se com ela em “uma unidade indissolúvel” (Voloshinov, 1997).

Bakhtin formulou que a palavra é inseparável de quem fala e de quem ouve, movendo-se em um espaço e um tempo determinados. “A relação dialógica entre os

---

<sup>4</sup> ‘Palavra’ (*slovo*) é o termo empregado por Tatiana Bubnova e outros tradutores do russo para o espanhol. ‘Palavra’ contempla, na teoria bakhtiniana, tanto enunciado como discurso.

enunciados, cujo percurso também passa por dentro do enunciado considerado isoladamente, compete à metalinguística” (1997a, p.342)<sup>5</sup>. Para que a palavra-enunciado-discurso seja dialógica, há necessidade, assim, de um falante (autor), um ouvinte (leitor/público) e uma palavra suscetível de ser interrogada, inclusive modificada, para dar espaço a uma nova verdade. E por essa condição é que “todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada” (BAKHTIN, 2002a, p.89)<sup>6</sup>.

Bakhtin trata da palavra dialogizada e da monológica, onde se aloja a ‘autoridade’ (*avtoritarnoe slovo*). A segunda procede da primeira e ambas são qualidades do discurso. A primeira (dialogizada) é fecunda, variável, pode ser bivocal ou polifônica, como é o concerto de vozes da humanidade falante e comportar-se de forma ativa ou passiva; por sua vez, a segunda é basicamente monológica e, portanto, indiscutível. A palavra dialogizada, em outros termos, está viva em mim e em meu próximo, e cada diálogo que emana dessa interação está orientado a uma futura palavra-resposta. De maneira circular, “ao se constituir na atmosfera do ‘já dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim, é todo diálogo vivo” (2002a, p.89).

Em todo momento, deve-se ter presente, em Bakhtin, que a ‘palavra-discurso’, seja ela autoritária ou não, tem sua origem na ‘palavra de outrem’, porque é desse modo que as pessoas começam a falar: tomando do outro o discurso, como ocorre com o processo de aprendizado linguístico das crianças. A palavra de outrem vai se modificando semanticamente. “Por isso, ao se estudar as diversas formas de transmissão do discurso de outrem, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico)” (BAKHTIN, 2002, p.141)<sup>7</sup>. O filósofo russo explica, desse modo, como toda nossa linguagem é composta de palavras emprestadas do outro, alguém que já as tinha antes: é uma “palavra *encontrada de antemão*” (p.143)<sup>8</sup>. E, porque mudam o tempo e o lugar, as palavras de outrem também vão se modificando, ao longo da nossa existência: aquela, que antes se rejeitava, agora se

---

<sup>5</sup> BAKHTIN, M. O problema do texto. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. M. E. Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a, p.327-358.

<sup>6</sup> BAKHTIN, M. O discurso no Romance. In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. Trad. A. Fornoni et al. 5 ed. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2002a, p.71-210.

<sup>7</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>8</sup> Ver nota de rodapé 6.

aceita; a que se defendia, agora se interpela, e assim sucessivamente, sempre e quando exista esse diálogo interior que propicia a geração de uma nova consciência. Nessa lógica bakhtiniana, a última palavra sobre algo nunca foi dita.

## 2 A palavra autoritária

Gostaria de centrar-me, neste momento, no tipo de palavra que, por sua natureza, não está disposta ao diálogo, sendo esta, como antecipávamos, a “religiosa, [a] política, [a] moral, a palavra do pai, dos adultos, dos professores, etc.” (BAKHTIN, 2002a, p.143)<sup>9</sup>, enfim, a palavra monológica. Segundo Gadamer, esse tipo de discurso provém da autoridade que “existe” e “não depende que se esteja a favor ou contra ela” (2002, p.59; tradução nossa)<sup>10</sup>. Gadamer e Bakhtin coincidem ao afirmar que a relação de autoridade se dá em todo o âmbito da existência:

[...] para começar, entre pais e filhos, entre professores e alunos, mas, definitivamente, em qualquer ramo profissional [...]. Sempre há alguém que é uma autoridade para os outros, em algo, e, isto, não é mais do que reconhecer no outro, razoavelmente, seu conhecimento superior em algo (GADAMER, 2002, p.61; tradução nossa)<sup>11</sup>.

Em termos bakhtinianos, a ‘discurso autoritário’:

[...] exige de nós o reconhecimento e a assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida à autoridade. A palavra autoritária, numa zona mais remota, é organicamente ligada ao passado hierárquico. É, por assim dizer, palavra dos pais. Ela já foi *reconhecida* no passado. É uma palavra encontrada de antemão. Não é preciso selecioná-la entre outras equivalentes. Ela ressoa numa alta esfera, e não na esfera do contato familiar. Sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática). Ela pode tornar-se objeto de profanação. Aproxima-se do tabu, do nome que não se pode tomar em vão. (BAKHTIN, 2002a, p.143)<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>10</sup> No artigo original: “no depende de que uno esté a favor o en contra de ella”.

<sup>11</sup> No artigo original: “[...] para empezar entre padres e hijos, entre profesores y alumnos, pero en definitiva en cualquier rama profesional [...]. Siempre hay alguien que es una autoridad para otros en algo, y esto no es más que reconocerle al otro razonablemente su superior conocimiento de algo” (GADAMER, 2002, p.61).

<sup>12</sup> Ver nota de rodapé 6.

A palavra objetivada, como a religiosa, “carece de penetração dialogística em sentido cognitivo; com tal palavra não se pode conversar” (p.143). Lamentavelmente, Bakhtin, em *A teoria do romance*, nos deve uma explicação mais pormenorizada a respeito do tema: “aqui não podemos entrar no exame das múltiplas variedades da palavra autoritária”, como por exemplo, “a autoridade do dogma religioso, a autoridade reconhecida da ciência, a autoridade do livro de moda” (p.143). O filósofo russo decidiu centrar-se em suas particularidades formais, na hora de representá-la e reproduzi-la, de modo que, aqui, tratarei de aprofundar essas variações, cotejando com outros artigos do autor.

Bakhtin une a palavra autoritária exatamente com a palavra da autoridade, “independente de que a reconheçamos ou não”, que pede um “distanciamento” matizado, na forma positiva ou negativa, razão pela qual a atitude do indivíduo em relação a ela pode ser respeitosa ou hostil. Por sua condição, organiza ao seu redor outras palavras, mas, sem se unir a elas, que “a interpretam, que a exaltam, que a aplicam desta ou de outra maneira”, sendo que deveria não apenas ser colocada entre aspas como escrita com letras “especiais”, uma vez que é muito difícil introduzi-lhe mudanças: “sua estrutura semântica é imóvel e amorfa, ou, então é acabada e monossêmica, seu sentido se refere ao pé da letra, se torna rígido” (2002a, p.143-144). Isso costuma ocorrer com os livros que regem a teologia semântica da palavra sagrada. No judaísmo, no islã e no cristianismo, para mencionar as religiões mais importantes, além da palavra santa, existem os livros de leis ou interpretações admitidas, como as *halachás*, no primeiro caso, os *hadiths*, no segundo, ou o magistério eclesiástico, para a cristandade ortodoxa e católica.

Como se pode inferir, segundo Bakhtin, o ‘discurso autoritário’ “exige nosso reconhecimento incondicional, e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras” (2002a, p.144). Possui a vantagem que:

[...] permite a continuidade e a aderência a valores, crenças e regras que são as condições mais restritivas da vida de uma pessoa. Ao mesmo tempo que lhe oferece pertencimento, sentido de continuidade e terreno

comum com toda sua vida social (DEL RÍO, 2012, p.111; tradução nossa)<sup>13</sup>.

Ela entra em nossa consciência verbal como “uma massa compacta e indivisível”, onde:

[...] é preciso confirmá-la por inteiro ou recusá-la na íntegra. Ela se incorpora indissolúvelmente à autoridade (o poder político, a instituição, a personalidade) com ela permanece com ela cai. Não se pode separá-la; aprovar um, tolerar o outro, recusar totalmente o terceiro. Por isso também a distância em relação à palavra autoritária (BAKHTIN, 2002a, p.144)<sup>14</sup>.

Dessa maneira, funcionam os dogmas religiosos que, no exemplo claro do cristianismo católico romano, são enunciados para serem aceitos pelo rebanho. Por sua vez, no caso do islã, o dogma provém do Corão, mas também, em boa parte, da interpretação realizada não por uma igreja vertical (que não existe entre eles), à maneira do cristianismo católico, mas por algum imame ou aiatolá que indica como uma sura deve ser interpretada em momentos chave. É o caso das fátuas dos muftis ou de outros líderes.

Assim, como afirma Bakhtin de maneira contundente, a palavra autoritária é apenas transmitida e, portanto, “ela não pode ser essencialmente bivocal [...]; ela não é circundada de diálogos vivos, agitados, e em múltiplas ressonâncias” (2002a, p.144)<sup>15</sup>. “As palavras autoritárias podem encarnar conteúdos diferentes: (o autoritarismo como tal, as autoridades, o tradicionalismo, o universalismo, o oficialismo e outros” (p.145)<sup>16</sup>. Podem não ser necessariamente verdadeiras, como tão pouco falsas ou comprováveis; não porque a sua origem não esteja na verdade enunciada, senão porque se encontra na autoridade de quem as emite. São construídas, no presente caso, a partir de uma suposição previamente dada, sendo, por exemplo, o primeiro dogma nas religiões: Deus existe<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> No original: “[...] permite la continuidad y adherencia a valores, creencias y reglas que son las condiciones más constrictoras de la vida de la persona. A la vez le ofrecen pertenencia, un sentido de continuidad y terreno común con su mundo social”.

<sup>14</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>15</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>16</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>17</sup> Russell estabelece que a grande diferença entre a crença religiosa e a teoria científica radica em que a primeira “pretende encarnar uma verdade eterna e absolutamente certa, enquanto a ciência é sempre provisória”, pois as teorias vão se modificando, de acordo com os achados, os experimentos (1951, p.14; tradução nossa). No original: “pretende encarnar una verdad eterna y absolutamente cierta, mientras que la ciencia es siempre provisional”.

No pensamento e na palavra religiosa (palavra objetivada), o objeto principal dessa palavra “é um ser que fala: uma divindade, um demônio, um anunciador, um profeta”, pois no pensamento mitológico não se conhecem coisas inanimadas e sem fala. Quando a palavra de outrem resta como objeto, ela morre, “porque a palavra significativa vive fora de si, isto é, através de sua orientação ao exterior” (BAKHTIN, 2002, p.150). Em tal condição, petrificada, monologizada, inamovível:

A palavra autoritária demanda que a tomemos sem tentar persuasão. Sua autoridade reside em que foi reconhecida no passado, já validada em um discurso prévio. É preexistente. Não nos dá a possibilidade de eleger entre opções. Demanda uma aliança incondicional e permanece estritamente associada à autoridade ou instituição que representa (DEL RÍO, 2012, p.108-109; tradução nossa)<sup>18</sup>.

Apesar de estar rodeada de palavras autoritárias, não apenas no âmbito dogmático religioso, pode ocorrer que uma palavra autoritária se converta em ‘palavra ideológica de outrem’: “para uma vida ideológica independente a consciência desperta num mundo onde as palavras de outrem a rodeiam e onde logo de início ela não se destaca; a distinção entre nossas palavras e as do outro, entre os nossos pensamentos e os dos outros se realiza relativamente tarde” (BAKHTIN, 2002a, p.145)<sup>19</sup>. De fato, a ‘palavra de outrem’, que nos chega de todas as partes e que modela nossa consciência, pode ser introduzida em nós até permanecer porque, segundo Bakhtin, “adquire um sentido ainda mais profundo e mais importante no processo de formação ideológica do homem, no sentido exato do termo” (p.142)<sup>20</sup>. Também pode converter-se em ‘palavra internamente persuasiva’ com o intuito de convencer o indivíduo, para além do caráter impositivo com que se apresentou. Esta se entrelaça de maneira estreita com a própria palavra; portanto, é “metade nossa, metade de outrem”, pois “desperta nosso pensamento e nossa nova palavra autônoma, em que ela organiza do interior as massas de nossas palavras, em vez de permanecer numa situação de isolamento e imobilidade”. Sua estrutura semântica “não

---

<sup>18</sup> No original: “La palabra autoritaria demanda que la tomemos sin intentar persuasión. Su autoridad reside en que ha sido reconocida en el pasado, ya validada en un discurso previo. Es preexistente. No nos da la posibilidad de elegir entre opciones. Demanda una alianza incondicional y permanece estrechamente asociada a la autoridad o institución que representa”.

<sup>19</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>20</sup> Ver nota de rodapé 6.

é terminada, permanece aberta, é capaz de revelar sempre todas as novas possibilidades semânticas” (p.146)<sup>21</sup>.

A própria palavra autoritária inscreve-se em um contexto dialógico. É uma resposta a outra palavra. Por um lado, Bakhtin afirma, que a “coisificação total e completa levaria inevitavelmente à desaparecimento da infinitude do sentido (de qualquer sentido) e de seu caráter carente de fundo”. Por outro, um texto (como um livro sagrado), “só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo” (1997b, p.404)<sup>22</sup>. Um exemplo dessa abordagem consiste na polêmica Celso-Orígenes. O primeiro atacou o cristianismo, o qual considerou uma seita “secreta” e “ilícita” que ensinava uma doutrina de “origem bárbara”, capaz de “inventar dogmas”, mas sem a correção e depuração que brinda o *logos* ou a razão (1988, p.32-63). O filósofo grego - de quem se sabe tão pouco, salvo que foi amigo de Luciano de quem tomou “a tocha da disputa contra os cristãos” (BODELÓN, 1988, p.26; tradução nossa)<sup>23</sup> - no livro escrito em 178, concebia que Jesus foi na realidade um eleito “para redimir algum pecado dos judeus, culpados de corromper a religião [...], como os cristãos dão a entender”; mas, daí a fazê-lo padecer, morrer e ressuscitar, haveria um grande engano. Deus, argumentou Celso, que é todo beleza e bondade, o Infinito, o Imarcescível, o Perfeito, o Sumo Bem, seguindo a referência de Platão, não se faz corpo:

[...] o corpo de um deus não poderia estar feito como o seu; o corpo de um deus não seria formado e procriado como o seu foi [...] Que Deus, que Filho de Deus é aquele, cujo pai não pode salvá-lo do mais infame suplício e que não pode salvar-se a si mesmo? (CELSO, 2009, p.72; tradução nossa)<sup>24</sup>.

A dura crítica feita pelo grego, como se sabe, levou que Orígenes escrevesse *Contra Celso*, em 248, para refutar, uma a uma, as teses celsianas, tratando de seguir a razão. A respeito deste ponto, em particular, Orígenes respondeu que Jesus era Filho

---

<sup>21</sup> Ver nota de rodapé 6.

<sup>22</sup> BAKHTIN, M. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. M. E. Galvão G. Pereira. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b, 399-414.

<sup>23</sup> No original: “la antorcha de la disputa contra los cristianos”

<sup>24</sup> No artigo original: “[...] el cuerpo de un Dios no podría estar hecho como el tuyo; el cuerpo de un Dios no sería formado y procreado como el tuyo lo fue [...] ¿Qué Dios, qué Hijo de Dios, es aquél cuyo padre no puede salvarlo del más infame suplicio y que no puede él salvarse a sí mismo?”

único de Deus e que sua natureza divina não o impedia de ser o homem que nasceu, morreu e foi sepultado, segundo o Novo Testamento, para logo ressuscitar. Ou seja, Orígenes estava outorgando à Bíblia o caráter de *logos*, e, portanto, a palavra de Deus. Desse ponto de vista, à maneira bakhtiniana, tal palavra torna-se *petrificada*, não apenas como uma metáfora; em *Êxodo* 31, 18, lê-se que “[Deus,] quando terminou de falar com Moisés, no monte Sinai, deu-lhe as tábuas da aliança: tábuas de pedra, escritas com o dedo do Senhor” (*La biblia de nuestro pueblo*, 2009, p.137; tradução nossa)<sup>25</sup>.

Assim, Bakhtin diferencia a ‘palavra autoritária’ da ‘persuasiva’ ou da ‘ideologia de outrem’. Já que falamos de teologia cristã, o discurso do Novo Testamento foi, sem dúvida, suficientemente persuasivo para que hoje o cristianismo se tornasse uma das mais importantes religiões do mundo. Por sua vez, as religiões opostas a esta responderam aos seus fiéis, também de maneira persuasiva, por meio de suas próprias palavras autoritárias, como se tratasse de um diálogo, mas, na verdade, de forma inevitavelmente contradizente, foram propostas como novos dogmas. Esse pensamento, exemplifica Bakhtin, é “como o peixe dentro do aquário, toca o fundo e as paredes, e não pode ir mais longe nem mais fundo. O pensamento dogmático” (1997, p.405)<sup>26</sup> esgota-se em si mesmo, mas, de acordo com essa dinâmica, uma outra palavra de outrem tentará propor um diálogo para a construção de um novo discurso.

Não há que perder de vista que a palavra persuasiva (como a ideologia de outrem, anteriormente mencionada), aparece, nos escritos de Bakhtin, como ‘metade nossa’, ‘metade de outrem’ porque sempre está em disputa com as palavras convincentes. Coloquemos desta forma: quando essa palavra própria ou de outrem está em tensão e o indivíduo não sabe se deve apropriar-se dela ou não, apela para a consciência. Se ocorre a apropriação, isto é, se a pessoa incorpora a palavra autoritária de outrem ao seu discurso, é porque ela mesma foi convincente e agora é própria. A luta contra a ‘palavra de outrem’ começa, ao mesmo tempo, no que Bakhtin chama de “processo ideológico de formação da consciência individual” (2002a, p.147)<sup>27</sup>. Trago como exemplo o dogma da ressurreição, o mesmo que Celso atacou por considerá-lo inverossímil, pois, segundo seu raciocínio, baseado em Platão, um corpo não vai a nenhuma parte ao morrer, sendo que

---

<sup>25</sup> No original: “cuando acabó de hablar con Moisés en el monte Sinai, [Dios] le dio las tablas de la alianza: tablas de piedra escritas por el dedo del Señor”.

<sup>26</sup> Ver nota de rodapé 22.

<sup>27</sup> Ver nota de rodapé 6.

somente a sua alma chegará ao Deus-uno. A teologia cristã, aceitando de alguma forma essa impossibilidade, optou por conservar a ressurreição como um “mistério”, somente acessível à quem tem fé. O “mistério” da Santíssima Trindade, decretado em Calcedônia, no século V, é, por exemplo, também, “um dogma de fé definido” e tem sua origem em Mateus, segundo Arce Gargollo e Sada Fernández (2006, p.85). E admitem que:

[...] a nenhuma inteligência criada ou que possa ser criada é possível compreender o mistério da Santíssima Trindade. O esforço racional dos teólogos —e principalmente de S. Tomás de Aquino— tratou de ilustrá-lo a partir dos dados revelados (p.87; tradução nossa)<sup>28</sup>.

A ressurreição “não é senão o trânsito da morte à vida”, interpreta Ocariz (1982, p.749; tradução nossa)<sup>29</sup>. Assim, de modo geral, as religiões, como a católica, consideraram mistério aquilo que não tem explicação racional.

Vauthier (2009) acrescenta que as duas palavras, a ‘internamente persuasiva’ e a ‘autoritária’, “lutam para configurar ideologicamente a consciência do homem”<sup>30</sup> e a diferença existente entre ambas categorias é que condiciona “os meios de elaboração e enquadramento das palavras de outrem com as quais uma pessoa tece seu próprio discurso”<sup>31</sup>. A palavra autoritária vem da autoridade; a ‘internamente persuasiva’ somente da persuasão, situação indispensável para se compreender a formação ideológica da consciência. “Entretanto, não provêm da autoridade e pode carecer de reconhecimento oficial e até de legitimidade” (2009, p.71; tradução nossa).

### 3 Os dogmas religiosos

Apesar de quão restritiva possa ser a ‘palavra autoritária’ bakhtiniana, seja no âmbito das leis públicas ou privadas, seja no âmbito das religiões, resta a possibilidade de ser persuadida ou não e passar ‘de outrem’ à ‘própria’. Inclusive, poderá chegar o dia em que a autoridade que a emitiu colapse e, com ela, seu discurso e a sua aceitação acabe com o monopólio da verdade.

---

<sup>28</sup> No original: “a ninguna inteligencia creada o creable le es posible comprender el misterio de la Santísima Trinidad. El esfuerzo racional de los teólogos —y principalmente de S. Tomás de Aquino— ha tratado de ilustrarlo a partir de los datos revelados”.

<sup>29</sup> No artigo original: “no es sino el tránsito de la muerte a la vida”.

<sup>30</sup> No artigo original: “luchan por configurar ideológicamente la conciencia del hombre”

<sup>31</sup> No artigo original: “los medios de elaboración y encuadramiento de las palabras ajenas con las cuales uno teje su propio discurso”

A apropriação da ‘palavra de Deus’ por parte da hierarquia eclesiástica romana (ou oriental), do judaísmo ou do islã gerou seus respectivos dogmas e, conseqüentemente, os conflitos causados por tais crenças, na medida em que uma palavra verdadeira compete com a outra, sendo que cada uma se considera a verdadeira.

É curioso como o islã costuma afirmar, por meio de seus imames, aiatolás, muftis ou professores, bem como de seus crentes, que não existe dogma nessa religião, pois “ninguém lhes diz que devem crer para se sentirem mulçumanos” (AYA, 2010, p.48; tradução nossa)<sup>32</sup>. No entanto, O Corão é considerado um livro sagrado e nele reside o que se deve crer; como a Bíblia, é sagrado porque foi revelado, neste caso à Maomé, “por meio de um anjo, cuja tradição o identifica como Gabriel” (BROWERS, 2005, p.75; tradução nossa)<sup>33</sup>. Maulana Muhammad Ali (2011), da corrente ahmadí, reitera: não há dogmas, nem mistérios, porque crer “não é apenas uma convicção da verdade de uma proposição dada, mas é essencialmente a aceitação de uma proposição como uma base para ação”<sup>34</sup>. Não diriam o mesmo os seguidores da teosofia social de Sohrevardî, tradição que começou na antiga Pérsia, no século XII. Ou a obra atribuída à Majrîfî, do século anterior, onde se lê que “a Natureza Perfeita é descrita como o ‘Anjo do filósofo’, iniciadora e preceptora do filósofo, e, finalmente, como o objeto e o segredo de toda a filosofia, a figura orientadora da religião pessoal do sábio” (CORBIN, 2000, p.34; tradução nossa)<sup>35</sup>. Isto é, um islã para iniciados.

É necessário esclarecer aqui que entendemos por dogma religioso a crença em uma verdade inatacável, porque Deus assim o revelou. Portanto, o crente está obrigado a acreditar nessa verdade, existindo nesse tipo de mandamento a necessidade de distinguir-se e defender-se. Observemos a afirmação do teólogo Paul Tillich, em sua cátedra de Dogmática, há quase cem anos, quando sustentava que visto que “o sentimento de possuir algo seguro não existe, em nenhuma parte”, “para toda proposição dogmática, existe uma defesa” (2013, p.47; tradução nossa)<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup> No artigo original: “nadie les dice qué deben creer para sentirse musulmanes”.

<sup>33</sup> No artigo original: “por medio de un ángel, al que la tradición identifica con Gabriel”.

<sup>34</sup> No artigo original: “is not only a conviction of the truth of a given proposition, but is essentially the acceptance of a proposition as a basis for action”.

<sup>35</sup> No original: “la Naturaleza Perfecta es descrita como el ‘Ángel del filósofo’, iniciadora y preceptora del filósofo, y finalmente como el objeto y el secreto de toda filosofía, la figura rectora de la religión personal del sábio”.

<sup>36</sup> No artigo original: “el sentimiento de poseer algo seguro no existe en ninguna parte», «en toda proposición dogmática hay defensa”.

Assim, como o cristianismo crê no Deus trino, no mundo islâmico, a autoridade canônica (O Corão) quis valorizar a unicidade de Deus<sup>37</sup>. “A contundência do princípio monoteísta [islâmico] dirigia-se contra o paganismo das tribos da Arábia pré-islâmica, e, também, contra a doutrina cristã da Trindade, que era considerada uma forma de politeísmo” (SEGURA I MAS, 2014, p.42; tradução nossa)<sup>38</sup>. Por sua vez, Aya expressa que, “a inexistência de uma Igreja torna impossível a definição de dogma. É a *umma*[,] em seu conjunto, a comunidade de mulçumanos, que, de forma geral, define quais expressões sobre Alá fazem ou não fazem parte do Islã” (2010, p.47; tradução nossa)<sup>39</sup>. Küng, no entanto, bem adverte que houve “uma divisão da *umma* islâmica, muito antes das Cruzadas, originadas, não por forças exteriores, hostis, senão, gestadas internamente” (2011, p.346; tradução nossa)<sup>40</sup>.

O judaísmo também possui dogmas, começando pela afirmação da existência de um Deus uno, único, criador e providencial, eterno e que não pode ser representado. No mundo judaico, os dogmas são chamados de artigos de fé, mandamentos ou leis. Por exemplo, a lei judaica ou *halachá* inclui os 613 *mitzvot* ou mandamentos, derivados da Torá, que são extensivos ao modo de vida dos judeus. Ou, os famosos *Treze Princípios*, onde Maimônides expôs, no século XII, “uma das diversas crenças, na qual, numerosos judeus ortodoxos, todavia, aderem” (ÁNJEL RENDO, 2010, p.480; tradução nossa)<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> Por exemplo, na Igreja Católica, somam-se 44 dogmas, até o presente momento, e, nem sempre são isentos de polêmica. Ainda, dentro do mesmo cristianismo, a condenação se dá, não apenas na ordem religiosa, mas, também, civil. Assim, sucedeu com o sábio Orígenes, anatemizado *post mortem* por Teófilo, de Alexandria, por sua rejeição a noção de apocatástase. Esse conceito, em Orígenes, significa que, no final dos tempos, haveria um novo céu e uma nova terra, onde Cristo dominaria para vencer, de uma vez por todas, o mal. Foi condenado porque, no século III, se considerava que esse tipo de pensamento contradizia o dogma do amor infinito de suas criaturas. Na Igreja Ortodoxa oriental, por exemplo, o arcebispo romano, Dumitru Staniloae, em sua célebre *Teología dogmática*, admite, como fonte da revelação, as Sagradas Escrituras, mas, diferentemente de Roma, considerava que a revelação possui duas naturezas inseparáveis: a natural e a supranatural; princípio, por sua vez, advindo do bifixismo que acabou se impondo nas Igrejas Orientais. Um dos dogmas sobre Deus, a Suprema Pessoa, considera que possui os seguintes atributos: vida, existência e sabedoria, e, que “doesn’t exist themselves, but only if they belong to Supreme Person. In fact, only in relation with such Personal reality do we also feel ourselves overwhelmed by his powers which we feel no longer as coming from somewhere else or as merely relative” (1994, p.132).

<sup>38</sup> No original: “La rotundidad del principio monoteísta [islâmico] se dirigía contra el paganismo de las tribus de la Arabia preislámica y también contra la doctrina cristiana de la Trinidad, que era considerada como una forma de politeísmo”.

<sup>39</sup> No original: “la inexistencia de una Iglesia hace imposible la definición de dogmas. Es la *umma* en su conjunto, la comunidad de los musulmanes, la que de una forma general siente que las expresiones sobre Alláh de unos u otros son Islâm o no lo son”.

<sup>40</sup> No original: “una división de la *umma* islámica ya mucho antes de las cruzadas, originada no por fuerzas exteriores hostiles, sino generada desde dentro”.

<sup>41</sup> No original: “uno de los diversos credos a los que numerosos judíos ortodoxos todavía se adhieren”.

Os dogmas religiosos pertencem, como Bakhtin advertiu, ao terreno do sagrado. Em cada constituição religiosa, em seus livros santos ou intérpretes válidos, a palavra da ‘autoridade’ funda-se como aquela aceitável. Essa ‘autoridade’ pode começar no próprio Deus, que a dota de existência, ou nas ‘autoridades’ que emanam dele, dependendo de como as religiões se organizam. Assim, a ‘palavra autoritária’, que não apenas procede do mandamento como tal, impõe-se, ainda que, como foi dito, possa chegar a ser ‘palavra internamente persuasiva’.

Onde se encontra tal palavra autorizada? Nos livros canonizados. A canonização “é um processo de eleição de textos que se converterão em objeto de interpretação, e que, ao mesmo tempo, os eleva a uma posição de censor em relação a outros textos, cujo estudo e interpretação, inclusive, podem ser proibidos” (ISER, 2005, p.43; tradução nossa)<sup>42</sup>. O “cânone fechado”, como denominou Wolfgang Iser, no caso do mundo católico, foi determinado pela lista determinada pelo Concílio de Trento até o século XVI: os bispos ali reunidos determinaram que os cânones oficiais eram todos os escritos em hebraico e em grego (sete, que denominaram de deutero-canônicos), mais os 27 do Novo Testamento, em um total de 74.

Ainda de acordo com Iser, os cânones fechados são: a Bíblia, a Torá e O Corão, segundo cada uma das três religiões aqui analisadas. No entanto, a Bíblia não contém os mesmos livros, comparando o catolicismo com as igrejas reformadas; ainda, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias dá prioridade ao *Livro de Mórmon*, conjunto de profecias antigas reveladas à Joseph Smith pelo mensageiro celestial chamado Morôni, publicado pela primeira vez em 1830. Entre esses três ou quatro livros sagrados, segundo se considere, os nomes de Deus variam.

E aqui detenho-me para demonstrar como a palavra autoritária de uma crença assume como verdadeira a sua versão para, inclusive, desqualificar a outra de uma forma dialogizada: os católicos rejeitam o nome de Jeová por considerarem que é um hebraísmo introduzido, arbitrariamente, pelos evangélicos; estes, por sua vez, determinam que Jeová deve ser o preferido por ser o primogênito (em hebraico), seguindo o princípio luterano e humanista da *veritas hebraica*. É fato que, no Antigo Testamento, segundo reconhecem cristãos e judeus, os nomes de Deus mudam com os livros ou as épocas em que foram

---

<sup>42</sup> No artigo original: “es un proceso de elección de textos que se convertirán en objeto de interpretación, lo que al mismo tiempo los eleva a una posición de censura respecto de otros textos cuyo estudio e interpretación incluso pueden prohibirse”.

escritos: Eli, Elohim, Javé, Shaddai, Adonai, Elion, Gibor e Roi são alguns deles. A disputa é para impor o seu próprio. A discussão não é nova: Frei Luis de León, inclusive, escreveu, *De los nombres de Cristo* [Salamanca, 1583], onde reuniu a tradição judaica de nomear de diferentes formas o Senhor, seja por Seu nome próprio ou por Seus atributos divinos: Braço de Deus, Rei, Cordeiro, Jesus, dentre outros. Recentemente, a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, sediada no Vaticano, solicitou, em 11 de setembro de 2008, que a locução Javé fosse eliminada de todas as conferências episcopais do mundo. A razão? Não equivaleria a “Senhor” (para a qual encontra-se Adonai), senão “uma expressão da infinita grandeza e majestade de Deus”<sup>43</sup>, não representando a totalidade do seu nome, argumentou, então, o Cardeal Francis Arinze e o Arcebispo Alberto Malcolm Ranjith (*La santa sede pide...*, 2008; tradução nossa). Por sua parte, o islã considera que Maomé é o porta-voz da última revelação na história da salvação e seu nome não é Deus, Javé ou Jeová, senão, Alá. A língua árabe é, portanto, sagrada e não se translitera. A escritura de ﷲ, como referente de “Magnífico de Deus”, não equivale a um nome próprio, e, sim, a “um indicativo referencial, que não pode ser transcrito em letras de um outro idioma”; portanto, deve ser interpretado com seu correspondente linguístico, “do contrário, supor-se-ia grave blasfêmia” (ALNASIR, 2016; tradução nossa)<sup>44</sup>. Seu fundamento já foi aqui descrito: uma autoridade (imames, doutores do islã) determina qual é, neste caso, o indicativo da magnificência de Alá.

Aproveito também para me referir a uma outra ideia fixa: Deus é representável ou irrepresentável? Maimônides deixou muito claro, desde o século II, que Javé é um espírito e não pode ser simbolizado de nenhuma forma. Quando este princípio foi estabelecido, o Medievo cristão já havia revestido seus templos e suas ruas de imagens de Jesus, como criança, como adulto, no calvário, na cruz e em dezenas de outros lugares até alcançar uma forma de iconolatria, da qual participavam uma diversidade de santos e virgens. Essa foi a razão pela qual se impulsionou a iconoclastia bizantina dos séculos VII ao IX. São vários os episódios “nos quais mulçumanos (e, paralelamente, cristãos) destroem as imagens de seus antecessores (em muitas ocasiões, ícones hinduístas), por medo do perigo da idolatria” (CAPUTO JAFFE, 2011, p.7; tradução nossa)<sup>45</sup>. Desde as suas origens, a

---

<sup>43</sup> No original: “una expresión de la infinita grandeza y majestad de Dios”.

<sup>44</sup> No original: “un indicativo referencial que no puede ser transcrito en letras de otro idioma”; [...], de lo contrario supondría grave blasfemia

<sup>45</sup> No original: “en los que musulmanes (y paralelamente los cristianos) destruyeron imágenes de antecesores suyos (en muchas ocasiones iconos hinduístas), por miedo al peligro de la idolatria”.

iconoclastia diferenciou (e diferencia) o islã, ainda que não isente de polêmicas o interior dos califados. “Não há imaginação que O possa conceber, nem intelecto que O possa abarcar”<sup>46</sup>, lê-se em *Aquidah At-Tahawiah*, do teólogo Abû Ya’far Al Uarrâq At Tahâui, do século X, sendo heresia adorar imagens ou representações de Deus.

A polêmica, anteriormente resumida, prolongou-se, como se sabe, até a Reforma: proibiu-se a iconolatria e a idolatria pela via de uma interpretação literal da Bíblia (a prescrição se encontra tanto no Antigo como no Novo Testamento), como uma resposta “ante o que se percebia como uma hipertrofia do visual. A cegueira física, sustentava Calvino, era espiritualmente valiosa porque forçava a si mesmo a escutar a voz de Deus” (JAY, 2007, p.40; tradução nossa)<sup>47</sup>.

Segundo Gadamer, na época da Ilustração, tentou-se “combater” a “falsa inclinação preconcebida a favor do antigo, das autoridades”. Dali, surgia, justamente, a hermenêutica, “cuja tarefa é defender o sentido razoável do texto contra toda a imposição” (GADAMER, 1984, p.345; tradução nossa)<sup>48</sup>. “Todos os sistemas religiosos, mesmo os primitivos, possuem à sua disposição um imenso aparato especial e metodológico que transmite e interpreta os diferentes aspectos da palavra divina (hermenêutica)” (BAKHTIN, 2002a, p.150)<sup>49</sup>. A hermenêutica tornou isso possível, ainda que sempre dentro dos limites estabelecidos pelo cânone. Iser reflete: se dar autoridade a um texto sagrado implica que essa autoridade “seja um ato único e irrepetível”, e que “a autoridade a que se atribui é complementada, aumentada, ampliada, especificada”, então, há um cânone fechado e um outro aberto, onde a interpretação encontra seu próprio funcionamento. De tal modo que, “a autoridade não se ampara exclusivamente, nem no cânone, nem na leitura; por outro lado, oscila entre os dois, e, esta oscilação é um indicativo do inarredável espaço entre o cânone e sua interpretação” (ISER, 2005, p.43 e 53; tradução nossa)<sup>50</sup>. Jauss explica, ainda melhor, para que serve a hermenêutica aplicada aos textos bíblicos: “a compreensão não pode ser imposta” (2012, p.26; tradução nossa)<sup>51</sup>.

---

<sup>46</sup> No original: “No hay imaginación que Lo pueda concebir, ni intelecto que Lo pueda abarcar”.

<sup>47</sup> No original: “ante lo que se percibía como una hipertrofia de lo visual. La ceguera física, sostenía Calvino, era espiritualmente valiosa porque le forzaba a uno a escuchar la voz de Dios”.

<sup>48</sup> No original: “la falsa inclinación preconcebida en favor de lo antiguo, de las autoridades” [...] “cuya tarea es defender el sentido razonable del texto contra toda imposición”.

<sup>49</sup> Vide nota de rodapé 6.

<sup>50</sup> No artigo original: “la autoridad no descansa en exclusiva en el canon ni en la lectura; en cambio, oscila entre los dos, y esta oscilación es una indicación del inerradicable espacio entre el canon y su interpretación”.

<sup>51</sup> No artigo original: “la comprensión no puede ser impuesta”.

Entretanto, a medida que a hermenêutica se instituía como método científico, seu processo se caracterizava por tensões. Russell aponta ao menos para duas etapas históricas de total fechamento da ‘palavra autoritária’, emanada da autoridade cristã: “o darwinismo foi um golpe tão duro para a teologia, quanto o copernicismo. Não somente, era necessário abandonar a fixidez das espécies e os muitos atos separados de criação que o Gêneses procurava afirmar”, como, também, aceitar que o homem “descendia de animais inferiores”, como o macaco, escreve o filósofo, em *Religião e Ciência*.

O racionalismo fez o restante, ao menos no Ocidente. O famoso teólogo Maurice Blondel (2004, p.82) dizia-se preocupado, em 1903, com o conflito, “cada dia mais agudo e geral”<sup>52</sup>, que os católicos enfrentavam, no âmbito filosófico, econômico e político. O racionalismo opunha o dogma (crenças cristãs) à história (feitos cristãos) e, desde a cátedra, o teólogo demandava que, nesse aspecto, a Tradição fosse considerada como fonte provisional dos feitos históricos: “a fé católica e a autoridade que provêm da Igreja garantem os feitos e extraem deles uma interpretação doutrinária que se impõe ao crente como uma realidade histórica, mas por diferentes razões das avaliadas pelo historiador” (p.84; tradução nossa)<sup>53</sup>. Blondel insiste que o fundamental é a Tradição, na qual esses “feitos cristãos” foram interpretados.

Bakhtin considera que a ‘palavra autoritária’, gestada nos âmbitos do santo e do sacro, foi também respondida pela paródia: ao transpor a dimensão estrita e severa da vida ao riso, ao prosaico e à comicidade, de uma forma “deliberadamente não-oficial” (1987, p.4)<sup>54</sup>. A intenção? Aliviar os rigores do mundo rígido, rir um pouco, como nos carnavais. Em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, Bakhtin explica a dualidade existente entre o mundo da autoridade eclesiástica e civil e a linguagem da praça, desenvolta e jocosa, vulgar e sincera, ao mesmo tempo. Para o autor, a palavra da ‘cultura popular’ é ‘polifônica’ e sempre se esforça em vencer, por meio do riso, esta expressão extrema de sinceridade lúgubre, e, transformá-la em um festivo fantoche de carnaval. Nesse sentido, a palavra do povo permeou a ‘palavra autoritária’, onde, no vulgo medieval, os elementos profanos, contidos na imagem do inferno, “penetraram, inclusive,

---

<sup>52</sup> No original: “cada día más agudo y general”.

<sup>53</sup> No original: “la fe católica y la autoridad de la Iglesia que ella implica, garantizan los hechos y extraen de ellos una interpretación doctrinal que se impone al creyente como una realidad histórica, pero por razones diferentes a las que evalúa el historiador”.

<sup>54</sup> BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

na “visão” oficial do inferno”, questão tão importante para o cristianismo, na hora de se falar do bem e do mal:

Discursos especiais ressoavam na praça pública: a linguagem *familiar*, que formava quase uma língua especial, inutilizável em outro lugar, e, nitidamente diferenciada da usada pela Igreja, pela corte, tribunais, instituições públicas, pela literatura oficial, da língua falada das classes dominantes (aristocracia, nobreza, alto e médio clero, aristocracia burguesa) (BAKHTIN, 1987, p.133)<sup>55</sup>.

Por último, ao repassar o cronotopo rabelaisiano, Bakhtin voltou a apreciar a necessidade do riso e da paródia para se contrapor ao rigor dogmático: “foram instaladas e afiançadas pela tradição e santificadas pela religião e pela ideologia oficial, relações falsas que desnaturalizam a autêntica natureza das coisas”. Rabelais propôs destruir e reconstruir esta “falsa imagem do mundo; é necessário romper todas as falsas relações hierárquicas entre as coisas e as ideias, destruir todos os estratos ideais interpostos, que as separam” (BAKHTIN, 2002b, p.310)<sup>56</sup>.

#### 4 Conclusões

A palavra da autoridade religiosa, como estudamos, exige ser reconhecida e aceita por nós e, nas palavras de Bakhtin, “nos impõe com independência do grau de persuasão interna da mesma”. De alguma forma, a ‘palavra autoritária’ possui o acerto de saber colocar ordem em um momento determinado e minimizar os conflitos derivados da justaposição de ideologias e interpretações. Gera respeito se consegue fundamentar-se e ser persuasiva, ou se cinge ao plano da obrigatoriedade para o crente, que deve assumi-la sem nenhum tipo de restrição. Porque, afinal, a interpretação das estruturas simbólicas que derivam do pensamento religioso, demanda a aceitação de que há uma “infinidade de sentidos simbólicos” (BAKHTIN, 1997, p.402)<sup>57</sup>. Ainda que se trate de um diálogo entre

---

<sup>55</sup> Ver nota de rodapé 54.

<sup>56</sup> BAKHTIN, M. Formas de tempo e de cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica). In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. Trad. A. Fornoni et al. 5ed. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2002b, p.211-362.

<sup>57</sup> Ver nota de rodapé 22.

autoridades religiosas, “não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para o contexto dialógico” (p.413)<sup>58</sup>.

O discurso humano está repleto de ‘palavras autoritárias’. Iniciam no universo de outrem, e o indivíduo vai se apropriando delas até que, por sua vez, as emprestará a outros em um processo interminável de polifonia, porque cada um de nós é a soma de múltiplas vozes de outrem e própria. Cada um também é a soma de palavras autoritárias que reproduzimos todos os dias como ordens, mandatos, termos, cláusulas. Como bem assinalava Bakhtin, essa é a linguagem própria dos pais frente a seus filhos.

O problema fundamental da ‘palavra autoritária’ é que, por ser desprovida de uma essência bivocal, converte-se de forma natural (e se converteu, sobretudo, no terreno religioso) em um mandamento inapelável, ainda que possa ser inverossímil, carente de razão ou explicação e alcance na ordem civil. Também se torna palavra petrificada, não apenas por seu grau de ‘mistério, senão por sua incompreensão. Assim, muitos sábios e teólogos a aceitaram, ainda que não de forma pública e aberta, como o fez, em 1908, o polêmico racionalista Chesterton, em *Ortodoxia*: há que conservar o melhor do cristianismo, “o que realmente tem valor, o que se pode compreender”, e deixar de lado “todos os dogmas absolutos, que são incompreensíveis por natureza” (1987, p.274-275; tradução nossa)<sup>59</sup>.

Como assinalou Russell, ainda que esteja petrificada, é possível que a ‘palavra autoritária’ não se sustente para sempre, em virtude do advento dos discursos não oficiais, como os científicos ou os populares, que terminam por subtrair-lhe a autoridade que a sustenta. Pensemos em que significa, para uma nação onde houve uma revolução, uma nova Constituição: a palavra da nova autoridade, neste caso, é a resposta a outro tipo de autoritarismo prévio contra o qual se lutou; a nova legislação constitui, ainda que de forma *petrificada*, à maneira de Bakhtin, a nova ordem emanada de forma dialogizada (suponhamos), com as múltiplas vozes presentes em praça pública. A mudança de discurso refletiu a alteridade com que se atreveu a rechaçar e a hostilizar a palavra autoritária. Por isso, como enfatiza o filósofo russo, essa palavra se encontra unida à autoridade, e se mantém em seu discurso até que a autoridade caia. A ‘palavra autoritária’, ainda que não seja de toda hierática, sobreviverá, enquanto permitir a continuidade e a

---

<sup>58</sup> Ver nota de rodapé 22.

<sup>59</sup> No artigo original: “lo que realmente tiene valor, lo que se puede comprender” [...] “todos los dogmas absolutos que son incomprensibles por naturaliza”

aderência “a valores, crenças e regras” sociais, como também poderá ser descoberta, atacada e descartada sempre e quando seja ultrapassada pela realidade dialógica.

Se a palavra autoritária se conservar *petrificada*, seguirá sendo monossemântica; se é interpretada e atualizada, ainda que seja sagrada, será vitalizada e produzirá novas significações espirituais. E talvez produza menos conflitos em um mundo rodeado de fanatismo ideológico.

Não se estudou aqui a ‘palavra autoritária’ com uma conotação necessariamente negativa, no sentido de recusar o que provém da autoridade, sem argumentos que possam contradizê-la. O aporte de Bakhtin para explicá-la é distingui-la da ‘palavra bivocal’ e da polifonia que deveriam ser, no discurso humano, preferíveis. E emprego o termo ‘preferíveis’ porque a dialogia implica romper a monologia, reconhecer o outro, que também nutriu seu discurso com palavras de outrem, e passou por um processo ideológico mais ou menos consciente. Esse outro, como eu próprio, estamos inseridos em um tempo e um lugar que também podem mudar, ou mudarão, para além da autoridade que rege o mundo.

## REFERÊNCIAS

ALI, M. M. *The Religious of Islam*. Trad. M. Tantawi. Dublin: Ahmadiyya Anjuman Ishaat Islam, 2011.

ALNASIR, S. Luces y sombras. Transcribir el Indicativo Magnifico de Dios ﷻ , Exaltado Sea, del lenguaje original a cualquier otro, sin interpretarlo, es blasfemia contra el dogma islámico. *SSRN*, p.1-37, 2016. Av: [[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2726647](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2726647)]. Acesso em: 12 jun. 2016.

ÁNJEL RENDO, J. G. Maimónides. (Moshé ben Maimón ha sefardí). *Cuestiones teológicas*, v. 37, n. 88, p.479-483, 2010. Disponível em: [<https://revistas.upb.edu.co/index.php/cuestiones/article/view/964/865>]. Acesso em: 12 jun. 2016.

ARCE GARGOLLO, P. y R. SADA FERNÁNDEZ. *Curso de teología dogmática*. México: Minos Tercer Milenio, 2006.

AYA, A. *El islam no es lo que crees*. Barcelona: Kairós, 2010.

BAJTÍN, M. *La cultura popular en la Edad Media y en el Renacimiento. El contexto de François Rabelais*. Trad. J. Forcat y C. Conroy. Madrid: Alianza, 1987 [1941].

\_\_\_\_\_. *Teoría y estética de la novela*. Trad. H. S. Kriúkova y V. Cazcarra. Madrid: Taurus, 1989 [1975].

\_\_\_\_\_. *Estética de la creación verbal*. Trad. T. Bubnova. México: Siglo XXI, 1998 [1979].

- BENÍTEZ, H. H. *Ensayos sobre ciencia y religión: de Giordano Bruno a Charles Darwin*. Santiago: RIL, 2011.
- BLONDEL, M. *Historia y dogma*. Trad. C. Izquierdo y S. Kot. Madrid: Cristiandad, 2004 [1997].
- BODELÓN, S. Introducción: ambiente social y religioso en el siglo II d. C. In: CELSO. *El discurso verdadero contra los cristianos*. Trad. S. Bodelón. Madrid: Alianza, 2009.
- BROWERS, M. The secular bias in ideology studies and the case of Islamism. *Journal of Political Ideologies*, v. 10, n. 1, p.75-93, 2005.
- CAMPUZANO ARRIBAS, M. *Giordano Bruno. Fuego en el alma y alma en el fuego*. Madrid: Visión Libros, 2013.
- CAPUTO JAFFE, A. Iconoclasia y “aniconismo”: correspondencias entre el mundo islámico y el mundo cristiano. *Entremons. UPF Journal of World History*, n. 2, p.1-28, 2011.
- CELSO. *El discurso verdadero contra los cristianos*. Trad. S. Bodelón. Madrid: Alianza, 2009.
- CEVALLOS, Rubín de (Ed.). *Índice último de los libros prohibidos y mandados a expurgar*. Madrid: Antonio de Sancha, 1790.
- CORBIN, H. *El hombre luz en el sufismo iranio*. Trad. M. Tabuyo y A. López. Madrid: Siruela, 2000.
- CHESTERTON, G. K. *Ortodoxia*. Trad. A. Reyes. México: FCE, 1987 [1909].
- DEL RÍO, María Teresa. Situándose en la frontera: De la apropiación de la palabra y la tensión entre la palabra propia y la palabra ajena. *Liminales. Escritos sobre psicología y sociedad*, n. 2, p.97-115, 2012. Disponible em: [<http://revistafacso.ucentral.cl/index.php/liminales/article/view/136/132>]. Acceso em: 24 jun. 2016.
- GADAMER, H. G. *Verdad y método*. Trad. A. Agud y R. Agapito. Salamanca: Sígueme, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Acotaciones hermenéuticas*. Trad. A. Agud y R. Agapito. Madrid: Trotta, 2002.
- KRISTÉVA, J. Bajtín, la palabra, el diálogo y la novela. In: *Intertextualité*. Trad. D. Navarro. La Habana: UNEAC, 1997.
- KÜNG, H. *El islam: historia, presente, futuro*. Trad. J. M. Lozano Gotor y J. A. Conde Gómez. Madrid: Trotta, 2011.
- ISER, W. *Rutas de la interpretación*. Trad. R. Rubio Ruiz. México: FCE, 2005 [2000].
- JAUSS, H. R. *Caminos de la comprensión*. Trad. P. Capdevila, N. S. Miras Boronat y A. Bernal. Madrid: Machado, 2012.
- JAY, M. *Ojos abatidos. La denigración de la visión en el pensamiento francés del siglo XX*. Trad. F. López Martín. Madrid: Akal, 2007 [1993].
- LA Biblia de nuestro pueblo. Trad. Luis Alonso Schökel. Bilbao: Mensajero, 2009.
- LA santa sede pide omitir el término “Yahvé” en la Liturgia. *Zenit, el mundo visto desde Roma*, 11 de septiembre de 2008. Disponible em: [<https://es.zenit.org/articles/la-santa-sede-pide-omitir-el-termino-yahve-en-la-liturgia/>]. Acceso em: 24 jun. 2016.

OCÁRIZ, F. La resurrección de Jesucristo. In: MATEO SECO, L. F. *et. al.* (Eds.). *Memorias del III Simposio Internacional de Teología de la Universidad de Navarra*. Pamplona: Universidad de Navarra, p.749-773, 1982.

RUSSELL, B. *Religión y ciencia*. Trad. S. Ramos. México: FCE, 1951 [1935].

SEGURA I MAS, A. *Aproximación al mundo islámico: desde los orígenes hasta nuestros días*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2014.

STANILOAE, D. *Orthodox Dogmatic Theology: The experience of God*. Trad. I. Ionita and R. Barringer. Brookline: Holy Cross Orthodox Church, 1994.

TILLICH, P. *Dogmática (Lecciones de Dresde 1925-1927)*. Trad. L. Elizaincín. Madrid: Trotta, 2013.

VAUTHIER, B. Bajtín en la encrucijada de las ciencias humanas europeas “en crisis”. Revisión de un debate. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, v. 1, n. 1, p.57-84, 2009. Disponível em: [http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/2999/1930]. Acesso em: 24 jun. 2016.

VOLOSHINOV, V. La palabra en la vida y la palabra en la poesía. Hacia una poética sociológica. In: BAJTÍN, M. M. *Hacia una filosofía del acto ético: de los borradores y otros escritos*. Trad. T. Bubnova. San José/Madrid: Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997, p.106-137.

Traduzido por Ana Luiza Patrão – [atalaia99@hotmail.com](mailto:atalaia99@hotmail.com)

*Recebido em 28/03/2016*

*Aprovado em 04/11/2016*